



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM EDUCAÇÃO
CIENTÍFICA E POPULARIZAÇÃO DAS CIÊNCIAS

ROSANA DOS SANTOS KLINGER

A ASSISTÊNCIA SOCIAL MEDIANDO SABERES POR MEIO DO PROGRAMA DE
INICIAÇÃO CIENTÍFICA JÚNIOR: Um vetor para promoção de uma educação
emancipadora dos estudantes dos Institutos Federais

CATU- BAHIA
2021

ROSANA DOS SANTOS KLINGER

A ASSISTÊNCIA SOCIAL MEDIANDO SABERES POR MEIO DO PROGRAMA DE
INICIAÇÃO CIENTÍFICA: Um vetor para promoção de uma educação emancipadora dos
estudantes dos Institutos Federais

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação Científica e Popularização das Ciências do Programa de Pós-Graduação do Instituto Federal Baiano, *Campus* Catu, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Educação Científica e Popularização das Ciências.

Orientador (a): Prof. Dr^a Maria Nazaré Guimarães Marchi

CATU - BAHIA
2021

Setor Biblioteca
Instituto Federal Baiano (Campus Catu)

K65 Klinger, Rosana dos Santos

A assistência social mediando saberes por meio do programa de iniciação científica júnior: um vetor para a promoção de uma educação emancipadora dos estudantes dos Institutos Federais / Rosana dos Santos Klinger. – 2021.

34f. il.:

Orientador(a): Profa. Dra. Maria Nazaré Guimarães Marchi.

Trabalho de conclusão de curso (especialização), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Especialização em Educação Científica e Popularização das Ciências, Catu, 2021.

1. Ensino Profissional (Brasil). 2. Programa de Iniciação Científica. 3. Assistente Social (atuação profissional). I. Marchi, Maria Nazaré Guimarães. II. Título.

CDU: 37.018.2

O fazedor do amanhecer

Sou leso em tratagens com máquina.
Tenho desapetite para inventar coisas prestáveis.
Em toda a minha vida só engenhei
Três máquinas
Como sejam:
Uma pequena manivela para pegar no sono.
Um fazedor de amanhecer
para usamentos de poetas
E um platinado de mandioca para o
fordeco de meu irmão.
Cheguei de ganhar um prêmio das indústrias
automobilísticas pelo Platinado de Mandioca.
Fui aclamado de idiota pela maioria
das autoridades na entrega do prêmio.
Pelo que fiquei um tanto soberbo.
E a glória entronizou-se para sempre
em minha existência.

Manoel de Barros

RESUMO

A inserção das assistentes sociais no quadro dos Institutos Federais (IFs) se fortalece em 2005. No entanto, alguns institutos ainda não possuem essa profissional. Esse trabalho tem o objetivo de investigar em que medida a/o assistente social pode contribuir na construção de uma ação que promova o fortalecimento do autoconceito do estudante que busca o programa institucional de Iniciação Científica Júnior (IC-Jr) dos Institutos Federais como possibilidade para uma formação científica e humana. Para tanto, fez-se necessária análise documental em Leis e Pareceres, como a visita na produção de autores como: Santos (2013), Oliveira (2018), Bianchinetti (2018), entre outros, visando ampliar o arcabouço teórico e a reflexão sobre a temática. Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa na perspectiva da revisão de literatura em artigos publicados na plataforma Scielo entre os anos 2017 até 2019 contudo houve a necessidade de utilizar alguns trabalhos com publicação com data anterior a esse recorte, haja vista o conteúdo cronológico que eles oferecem. Tornando-os necessários para conhecer/reconhecer a criação da IC-Jr e qual o objeto de estudo da assistente social ao longo do processo de criação da identidade do curso até a contemporaneidade. A IC-Jr tem muito potencial, envolve e engaja os/as bolsistas para o percurso acadêmico, na construção do autoconceito e para a inserção no mundo do trabalho. Contudo o alcance da IC –Jr ainda é limitado e fechado. Dessa forma, propõe-se uma ação para ser desenvolvida pelas assistentes sociais visando fortalecer do autoconceito e as aprendizagens científicas dos estudantes dos IFs.

Palavras-chave: Educação Profissional. Iniciação Científica Júnior nos Institutos Federais. Educação Científica.

ABSTRACT

The insertion of social workers in the framework of Federal Institutes (FIs) was strengthened in 2005. However, some institutes do not yet have this professional. This work has the objective of investigating to what extent the social worker can contribute in the construction of an action that promotes the strengthening of the student's self-concept that seeks the institutional program of Junior Scientific Initiation (IC-Jr) of the Federal Institutes as a possibility for scientific and human formation. To this end, it was necessary to analyze documents in Laws and Opinions, such as the visit in the production of authors such as: Santos (2013), Oliveira (2018), Bianchinetti (2018), among others, Complete expanding the theoretical framework and reflection on the thematic. This is a research with a qualitative approach from the perspective of the literature review in articles published on the Scielo platform between the years 2017 to 2019 however there was a need to use some works with publication with data prior to this clipping, given the chronological content that they offer. Making them open to know / recognize the creation of IC-Jr and what is the object of study of the social worker throughout the process of creating the identity of the course until contemporary times. IC-Jr has a lot of potential, involves and engages the scholarship holders for the academic path, in the construction of self-concept and for insertion in the world of work. However, the scope of the IC –Jr is still limited and closed. In this way, an action is proposed to be developed by the general general social workers of the self-concept and as scientific learning of the students of the FIs.

Keywords: Professional Education. Junior Scientific Initiation at Federal Institutes. Science Education.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. METODOLOGIA	14
3. REVISÃO DE LITERATURA	15
4. OS DESCAMINHOS DA INICIAÇÃO CIENTÍFICA – IC-JR: DE CIMA PARA BAIXO, MAS NÃO DEVERIA TER SIDO DE BAIXO PARA CIMA?	17
4.1 – A INICIAÇÃO CIENTÍFICA, PRIMEIROS RELATOS	22
5. ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO: DEMANDAS, POSSIBILIDADES E DESAFIOS	25
5.1 - A TRAJETÓRIA DA INSERÇÃO E DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DA ASSISTENTE SOCIAL NOS INSTITUTOS FEDERAIS (IFS)	26
5.2- A ASSISTENTE SOCIAL CONTRIBUINDO COM O CAMINHAR DOS/DAS ESTUDANTES QUE BUSCAM A IC-JR NOS IFS	28
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	33

1. INTRODUÇÃO

A educação acontece em todo lugar, todos os seres humanos se envolvem com ela, seja para aprender, para ensinar, para fazer pensar. Dessa forma colabora para saber, para fazer, para ser ou para conviver. Todos os dias a vida se mistura com a educação (BRANDÃO, 2007).

Quando uma sociedade assume um estágio complexo de organização de sua estrutura, e a divisão do trabalho delineia os processos de transmissão do saber, “a educação fica atrelada aos espaços, sistemas, tempos, regras de prática, tipos de profissionais e categorias de educandos” (BRANDÃO, 2007, p.16). E o acesso à instrução formal se dá pela escola, local designado para a disseminação dos saberes.

Para Gramsci (2006) a educação pode constituir-se como um mecanismo de coerção ideológica, através da cultura hegemônica burguesa que é transformada em senso comum. Nesse contexto, a educação também é uma área que sofre controle social do Estado. Formar a classe trabalhadora para além do mercado de trabalho, oportunizando uma formação emancipadora, potencializando as dimensões humana, técnica e científica, torna-se essencial para superar a condição de “homem dividido”, unilateral.

Há de se reiterar que a educação se manifesta como uma das dimensões mais complexas da vida social composta por diversas áreas como política, social, cultural, vivenciada e protagonizada por diversos atores sociais. Na contemporaneidade, muito se discute sobre a importância da Iniciação Científica, pois a sociedade experimenta a era tecnológica e a ciência nunca atua tão a serviço da população, segundo imaginário coletivo.

Diante de tantos avanços dos dispositivos tecnológicos, a escola precisa se reinventar, possibilitando que outros instrumentos contribuam para o processo de ensino-aprendizagem. No âmbito da educação profissional principalmente, necessita-se construir uma relação entre educação, ciência e tecnologia.

De acordo com Almeida (2007) a Política de Educação pode ser concebida como uma expressão da própria questão social na medida em que representa as lutas de classes travadas pelo reconhecimento da educação

pública como direito social.

Nesse cenário surge a necessidade de difundir e discutir proposições acerca do programa de Iniciação Científica Júnior (IC-Jr) dos Institutos Federais (IFs), haja vista as peculiaridades da seleção para inserção nesse programa, visando à formação para o trabalho como princípio educativo, uma vez que o programa se propõe a:

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC-EM visa a contribuir para a formação de cidadãos plenos, conscientes e participativos, a despertar a vocação científica e a incentivar talentos potenciais dentre os discentes de ensino médio, vinculados a bolsas de Iniciação Científica-Jr., mediante a participação em atividades de popularização das ciências e das artes e em pesquisa científica e/ou tecnológica, orientadas por pesquisadores do IF Baiano (IFBAIANO, 2019).

Quando se analisa as possibilidades de inserção dos estudantes da educação básica, médio técnico, no programa de IC-Jr dos IFs emergem algumas inquietações. O programa garante ao estudante uma bolsa de estudos, podendo acolher voluntários. Mas, nem assim as vagas contemplam todos os estudantes que tem interesse e que devem estar inseridos no programa de Iniciação Científica, pois tudo depende da maturação¹ científica.

Os interessados a IC-Jr, passam por algumas etapas, aqueles que já possuem familiaridade com o processo, devido ao treinamento dado por seus/suas professores/professoras que com um olhar sensível à aptidão do/da estudante o/a convida a participar do processo. Uma dessas etapas consiste na submissão de um projeto de pesquisa, sendo aprovado seguem em harmonia à trajetória.

Contudo, aquele/aquela estudante que tem o interesse em ser bolsista do programa, mas não consegue esse treinamento ou apresenta uma aptidão aflorada, pode ficar sempre a margem do processo. Freire (1979) destaca que o primeiro grande obstáculo que uma sociedade capitalista apresenta é a falta de autenticidade da sua dualidade. E dessa forma possibilita que “estando alienado, inseguro e frustrado, o homem fique mais na forma que no conteúdo, vendo as coisas mais na superfície que em seu interior” (FREIRE, 1979, p. 12). Dessa

¹ Maturidade, não relacionada a idade, maturação para se emancipar na e pela pesquisa.

forma não consegue olhar para a realidade como critério pessoal, mas com olhos alheios. Já Saviani (2007, p. 160) destaca que:

Aprender a ler, escrever, contar e dominar os rudimentos das ciências naturais e das ciências sociais constituem-se pré-requisitos para compreender o mundo em que vive, inclusive para entender a sua própria incorporação pelo trabalho dos conhecimentos científicos no âmbito da vida e da sociedade.

Esses autores reforçam a necessidade de um ensino que proponha reflexões sobre a condição humana no mundo e do seu papel enquanto cuidadores desse planeta. E a inserção na IC-Jr pode ser um vetor potente para essas reflexões. Sabe-se que a educação institucionalizada é um importante instrumento para a promoção e acesso ao conhecimento, possibilitando a leitura crítica da realidade e a autonomia dos sujeitos sociais. Nesse cenário no que tange o ensino básico evidencia-se que:

No ensino médio já não basta dominar os elementos básicos e gerais do conhecimento que resultam e ao mesmo tempo contribuem para o processo de trabalho na sociedade. Faz-se necessário compreender como a ciência, potencial espiritual, se converte em potência material no processo de produção. Logo, essa relação envolve além do domínio teórico o prático sobre o modo de como o saber se articula com o processo produtivo (SAVIANI, 2007, p.160).

A citação acima convida a refletir sobre a importância da popularização da ciência por meio da IC-Jr, afinal essa popularização possibilita que os jovens tenham acesso a conhecimentos e experiências no campo da ciência, as quais muitas vezes eles só teriam acesso se adentrassem em alguns cursos de ensino superior. Aragão (2019) divulga que a estudante Ana do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul (IFMS) destaca que por meio da iniciação científica ela vivenciou experiências que nunca imaginou:

Viagens, participação em congressos e feiras, apresentação do projeto ao público, o que é algo mágico. Virei uma pessoa até mais extrovertida, e isso fez com o que eu passasse a amar a ciência e a buscar soluções para os problemas do nosso dia a dia (ARAGÃO, 2019, p.01).

A popularização da ciência por meio da iniciação científica coloca a ciência de forma acessível a todas pessoas permitindo que estudantes busquem soluções para problemas no seu cotidiano e em sua comunidade. Nenhuma ação educativa pode prescindir de uma reflexão sobre o homem e de uma análise sobre suas condições culturais. Não há educação fora das sociedades humanas

e não há homens isolados (FREIRE, 1979, p. 35). O que reforça a necessidade da discussão sobre a inserção dos/das jovens nos IFs na IC-Jr.

A figura 01 destaca os critérios de desclassificação e não homologação de projetos, inclusive informa a normativa pela qual o projeto foi avaliado. Essa figura se apresenta como um solo fértil para que a assistente social crie estratégias buscando se reunir com essas pessoas que tiveram seus projetos aprovados ou não promovendo a interação e a troca de saberes entre os/as estudantes justificando a escolha pelo tema. Aqueles atores com projetos aprovados podem relatar quais estratégias utilizam para a construção do projeto junto aos seus orientadores, de forma a contribuir com os sentimentos daqueles atores que não foram contemplados seja pela desclassificação ou pela não homologação.

Figura 01. Recorte resultado final - Chamada interna² propes nº 03/2019 – programa institucional de bolsas de iniciação científica Pibic-EM/cnpq/if baiano

O crime estampado na fé e na cor: Perseguição as práticas religiosas africanas em documentos inquisitoriais	Teixeira de Freitas	0,00	70,50	49,35	Aprovado, contemplado e necessita de reformulação
Avaliação in vitro do extrato de Neem (Azadirachta indica) e arruda (Ruta graveolens) sobre teleóginas de carrapato bovino	Catu	47,00	81,00	70,80	Aprovado, contemplado e necessita de reformulação
Cladóceros planctônicos do rio Capivari, no povoado de Santa Qutéria, BA	Itaberaba	15,40	87,50	65,87	Aprovado e contemplado
A maquete como ferramenta didática de representação da organização espacial dos setores produtivos do campus Catu: contribuições do ensino de cartografia na integração curricular e formação do técnico em agropecuária	Catu	41,00	60,00	54,30	Desclassificado (de acordo com o inciso III, do art. 7.3)

² Disponível em: https://concurso.ifbaiano.edu.br/portal/pibic-medio-maio-2019/wp-content/uploads/sites/266/2019/06/Resultado_Final_chamada-03_2019.pdf. O resultado foi divulgado no dia 25 de junho de 2019.

Esse corpo não sou eu: dificuldades sofridas por pessoas Trans no acesso ao Sistema Único de Saúde SUS no Município de Alagoinhas – Bahia	Alagoinhas	0,00	56,50	39,55	Desclassificado (de acordo com o inciso III, do art. 7.3)
Discutindo tópicos de Astronomia: despertando o interesse sobre a Física e seus conteúdos	Serrinha	0,00	32,50	22,75	Desclassificado (de acordo com o inciso III, do art. 7.3)
Como anda a saúde da população negra no recôncavo baiano: desiguais não são iguais	Governador Mangabeira	0,00	27,50	19,25	Desclassificado (de acordo com o inciso III, do art. 7.3)
Tecnologias sociais na contextualização no ensino de ciências	Santa Inês	0,00	0,00	0,00	Desclassificado (de acordo com o art. 3)
Avaliação de características fitotécnicas e fisiológicas de hortaliças cultivadas sob telas de sombreamento coloridas	Itapetinga	0,00	0,00	0,00	Não Homologada (de acordo com o art. 4)
Percepção de saúde reprodutiva dos discentes do Ensino Básico Técnico Tecnológico do Instituto Federal Baiano campus Teixeira de Freitas.	Teixeira de Freitas	0,00	0,00	0,00	Não Homologada (de acordo com o art. 6.1)

Fonte: Compilação da autora, 2020.

A assistente social pode construir uma estratégia, que favoreça caminhar nesse o processo demonstrando novamente a importância dessa profissional no espaço acadêmico/escolar. A leitura participativa dos elementos que compõem os itens da desclassificação e não homologação em grupo pode tornar esse movimento mais acessível no que tange, o acesso e a preparação destes e de outros estudantes que pensam em participar do processo seletivo, pois estas pessoas teriam um novo espaço para dialogar e expor seus anseios e inquietudes.

Vale ressaltar que a relação do Serviço Social com a educação se dá a partir do reconhecimento da importância e da necessidade da inserção e atuação da assistente social nos estabelecimentos que implementam a Política de Educação. Essa relação se fortalece através da atividade laborativa desenvolvida pelas assistentes sociais dentro das instituições educacionais

sejam elas públicas ou privadas. Esse fato demonstra a relevância desse trabalho para a comunidade assistida pelos IFs e justifica o tema dessa pesquisa.

Unir a ação da assistente social com a IC-Jr torna-se determinante para o sucesso do programa e ampliação do acesso desses estudantes ao mundo do trabalho. Se no ensino superior essa iniciação científica favorece o amadurecimento do estudante, na educação profissional de nível médio técnico ela propicia dentre as possibilidades citadas um fator a mais: a possibilidade de manusear artefatos que poderão contribuir para desenvolvimento de um protótipo científico. Afinal, segundo Moraes e Fava (2000, p. 6):

A primeira conquista de um estudante que faz iniciação científica é a fuga da rotina e da estrutura curricular, pois agrega-se aos professores e disciplinas com quem tem mais "simpatia" e "paladar", desenvolvendo capacidades mais diferenciadas nas expressões oral e escrita e nas habilidades manuais. Os estudantes aprendem a ler bibliografia de forma crítica, uma vez que o professor orientador pode lhe mostrar por que, entre o texto A e o B, o B é mais fundamentado que o A e quais as razões.

Diante disso é relevante lembrar que, de acordo com os princípios fundamentais da profissão, inscritos no Código de Ética dos Assistentes Sociais, cabe a este, dentre outros deveres, a defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; ampliação e consolidação da cidadania. Sendo assim, o cerne de atuação da assistente social centra-se na questão social.

Nesse cenário surge o problema de pesquisa: Em que medida a assistente social pode contribuir na construção de uma ação que promova o fortalecimento do autoconceito do estudante que busca o programa institucional de Iniciação Científica Júnior (IC-Jr) dos Institutos Federais como possibilidade para uma formação científica e humana?

Esse problema conduz ao objetivo geral: Investigar as contribuições da assistente social na construção de uma ação que promova o fortalecimento do autoconceito do estudante que busca o programa institucional de Iniciação Científica Júnior (IC-Jr) dos Institutos Federais como possibilidade para uma formação científica e humana.

Para responder ao problema de pesquisa fez-se necessário:

- Discorrer sobre o programa institucional do IC-Jr elencando suas potencialidades e fragilidades na aprendizagem dos estudantes, e quais estratégias podem surgir com auxílio da assistência social.

- Discutir o papel da assistente social na educação diante dos obstáculos atitudinais e até procedimentais enfrentados pelos estudantes.

- Apresentar de que forma a assistente social pode contribuir com os estudantes que buscam/buscaram e não conseguem/conseguiram inserção no programa de Iniciação Científica Jr. de modo a favorecer a educação científica destes educandos.

Como hipótese dessa escrita assume-se que a assistente social tem papel relevante na construção da identidade e do auto conceito dos estudantes que pretendem ampliar suas aprendizagens por meio da IC-Jr. Logo para debater os objetivos e tentar responder o problema de pesquisa, a escrita segue a luz de autores como Santos (2013), Santos (2007), Oliveira (2015), Prada (2017), Oliveira & Bianchinetti (2018), entre outros que se mostram pertinentes.

Esse texto segue organizado com uma introdução, em seguida tecem-se os fios metodológicos, opta-se por tratar desses procedimentos em uma seção própria e com a profundidade necessária. Logo após apresenta-se uma breve revisão de literatura, na qual destaca-se a relevância desse trabalho, e conduz a responder o problema de pesquisa. Continua-se com as seções: Os descaminhos da iniciação científica – IC-Jr: de cima para baixo, mas não deveria ter sido de baixo para cima? A iniciação científica, primeiros relatos. A atuação do assistente social na educação: demandas, possibilidades e desafios. A trajetória da inserção e da identidade profissional da assistente social nos institutos federais (IFs). A assistente social contribuindo com o caminhar dos/das estudantes que buscam a IC-Jr nos IFs, por fim as considerações finais e referências, vale salientar que algumas referências se localizam em nota de rodapé.

2. METODOLOGIA

Essa é uma pesquisa com abordagem qualitativa na perspectiva da revisão de literatura. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis como é o caso dessa pesquisa.

A revisão da literatura, também chamada „revisão bibliográfica“, „estado da arte“ ou „estado do conhecimento“, visa a demonstrar o estágio atual da contribuição acadêmica em torno de um determinado assunto. Ela proporciona uma visão abrangente de pesquisas e contribuições anteriores, conduzindo ao ponto necessário para investigações futuras e desenvolvimento de estudos posteriores (SANTOS, 2012, p. 91).

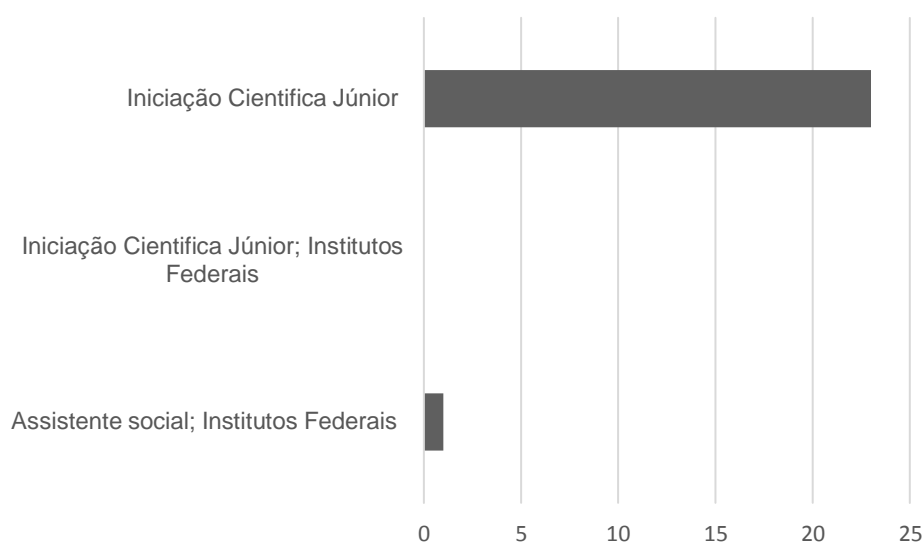
Esse tipo de pesquisa, é configurada como a aplicação de estratégias científicas que “permitem limitar o viés de seleção de artigos, avaliá-los com espírito crítico e sintetizar todos os estudos relevantes em um tópico específico” (BOTELHO, 2011, p.6).

Com isso, opta-se por artigos publicados entre os anos 2017 até 2019, mas também alguns trabalhos com data anterior a esse recorte, haja vista o conteúdo cronológico que eles oferecem, os quais embasam a produção dessa escrita. Pois fez-se necessário conhecer/reconhecer a criação da IC-Jr e qual o objeto de estudo da assistente social ao longo do processo de criação da identidade do curso até a contemporaneidade. Diante dessa necessidade de ampliar o conhecimento teórico sobre estes temas macros verificou-se as produções na plataforma Scielo com as palavras chaves: Assistência Social e Institutos Federais; Iniciação Científica Júnior e Institutos Federais; e Iniciação Científica Júnior.

3. REVISÃO DE LITERATURA

Tendo em vista a busca realizada na plataforma Scielo tem-se os resultados apresentados na Figura 02.

Figura 02: Resultado da busca na base de dados Scielo sem limitação de tempo.



Fonte: Compilação da autora, 2020.

Observa-se que para as palavras chave Iniciação Científica Júnior obteve-se 23 resultados, Iniciação Científica Júnior e Institutos Federais não houve resultados e Assistência social e Institutos Federais houve apenas um resultado (Figura 02). Como apresentado anteriormente, segue-se com alguns autores: Santos (2013), Santos (2007), Oliveira (2015), Prada (2017), Oliveira & Bianchinetti (2018), os quais são citados nesses resultados da pesquisa. A busca nessa plataforma com base em palavras ou frases chaves permite demonstrar a relevância desse trabalho tanto para a autora do tema, quanto para os estudantes e comunidade dos IFs. E nesse movimento torna-se muito significativo para a autora desse texto propor alguma ação futura que permita ouvir esses discentes, promovendo uma ponte entre vários interlocutores das Instituições Federais, de forma a conduzir a inserção desses estudantes no letramento científico, seja por meio do programa IC-Jr ou por outras estratégias como minicursos, elaborados pelas assistentes sociais que de posse de editais

do IC-Jr possam promover uma maior familiaridade com a produção de relatórios, formatação de currículos Lattes, apresentações orais, entre outros aspectos descritos nos editais.

4. OS DESCAMINHOS DA INICIAÇÃO CIENTÍFICA – IC: DE CIMA PARA BAIXO, MAS NÃO DEVERIA TER SIDO DE BAIXO PARA CIMA?

A oferta da Iniciação Científica – IC começa na pós-graduação para, a partir desse segmento, ser disseminada e oportunizada a outras etapas do ensino. Visto que no Brasil, a preocupação com a educação científica foi mais tardia. No século XIX, o currículo escolar era marcado predominantemente pela tradição literária e clássica herdada dos jesuítas (SANTOS, 2007, p.475).

Santos (2007) destaca que no século XX a educação científica começa a ser debatida e difundida no Brasil. Essa preocupação pelo letramento científico é apresentada por Santos (2007, p. 477) como uma preocupação dos /das docentes em ciência como forma de educar a comunidade escolar para pensar/atenuar o agravamento de problemas ambientais, os quais são relacionados aos aspectos sociais do modelo de desenvolvimento científico e tecnológico do país.

Usa-se a terminologia letramento, pois esta extrapola a condição de ler e escrever signos, afinal

enquanto a alfabetização pode ser considerada o processo mais simples do domínio da linguagem científica e enquanto o letramento, além desse domínio, exige o da prática social, a educação científica almejada em seu mais amplo grau envolve processos cognitivos e domínios de alto nível (SANTOS, 2007, p. 479)

Assim assiste-se na segunda gestão de Getúlio Vargas (1951-54) uma oscilação no aumento de bolsas, contudo esse número tende a crescer a partir do ano de 1951, conforme tabela 1. Essa gestão é marcada pela crise econômica e pela indefinição entre uma solução nacionalista ou liberal, que viria a ser posta à prova no governo de Kubistchek (1956-61). Este trouxe uma postura desenvolvimentista, proporcionando um aumento nas bolsas de formação em nosso país conforme tabela 1 tendo uma ampliação maior que o governo Vargas (OLIVEIRA, BIANCHINETTI, 2018).

Tabela 1. Evolução do número e percentual de bolsas de formação no país, 1951–1962.

Ano	Número	%
1951	75	
1952	145	93
1953	116	-20
1954	115	-1
1955	114	-1
1956	254	123
1957	256	1
1958	280	9
1959	274	-2
1960	269	-2
1961	299	11
1962	349	17
TOTAL	2.546	

Figura 03: Evolução do número e percentual de bolsas de formação no país de 1951 – 1962.
 Fonte: Oliveira, Biachinetti, p. 136, 2018.

E sua proposta para o letramento científico pode ter seguido o ideal proposto por Santos (2007) haja vista a sua proposta de desenvolvimento, importante pensar numa formação científica que dê conta de preceitos básicos como:

as pessoas lidam diariamente com dezenas de produtos químicos e têm que decidir qual devem consumir e como fazê-lo. Essa decisão poderia ser tomada levando em conta não só a eficiência dos produtos para os fins que se desejam mas também seus efeitos sobre a saúde, seus efeitos ambientais, seu valor econômico, as questões éticas relacionadas à sua produção e comercialização. Por exemplo, poderia ser considerado pelo cidadão, na hora de consumir determinado produto, se na sua produção é usada mão-de-obra infantil ou se os trabalhadores são explorados de maneira desumana; se em alguma fase, da produção ao descarte, houve geração de resíduos que agredem o ambiente; se ele é objeto de contrabando ou de outra contravenção etc (SANTOS, 2007, p. 480).

Como as tensões socioeconômicas e políticas apresentadas brevemente por Vargas e Kubstichek foram base para um período confuso da história da educação do nosso país, nunca teremos certeza se a proposta do letramento desenvolvimentista de Kubstichek seria a proposta por Santos (2007). A criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), conforme é analisado por Oliveira e Bianchinetti (2018) contribui para um aumento percentual das bolsas de iniciação científica no período ditatorial, contudo esse, como previamente citado, é mais voltado para

a pós-graduação, provavelmente pelo contexto ideológico do período e a aversão criada a “intelectualidade” que viria a refletir no contexto social atual.

Na gestão de Sarney (1985-89) com o estabelecimento da Nova República, ocorre um crescimento realmente acentuado nas bolsas:

as bolsas de IC tiveram um crescimento acentuado, passando de 1.321 bolsas no último ano do governo anterior para 6.349 (387%) em 1989. Já as bolsas de formação e qualificação continuaram sua trajetória de crescimento, porém, este foi menor, passando de 5.378 em 1984 para 10.361 em 1989 (93%), reduzindo, desse modo, a diferença em 18 pontos percentuais entre as bolsas de PG (de 80% para 62%) e de IC (20% para 38%) (OLIVEIRA, BIANCHINETTI, 2018, p.138).

Nesse contexto, é a partir da criação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) () na década de 90, que houve um enfoque na preparação dos discentes para possuir um conhecimento teórico-metodológico mais acentuado (OLIVEIRA, BIANCHINETTI, 2018). Esses números tendem a crescer conforme o passar de cada governo, contudo, há de se questionar o caráter econômico por trás dessa demanda.

A IC era vista como mecanismo de fomento à economia, logo, não se deve acreditar que esses investimentos, estão prezando a formação científica e o real fomento à pesquisa, mas sim, um meio para gerar e movimentar o mercado em ascensão da ciência como um todo (OLIVEIRA, BIANCHINETTI, 2018).

Ainda assim, não há uma menção, até o momento cronológico em questão, de uma maior disseminação dessas bolsas, mantendo-se um caráter excludente e “elitizado”, tendo em vista que universidades nesse cenário ainda eram um ambiente elitizado e que priorizava, se não prioriza, pessoas com uma melhor condição social, logo, deixando de lado o estudante em uma situação precária, em vulnerabilidade social. Com isso, uma bola de neve enorme se forma, pois, como citado outrora, essa exclusão populariza o discurso contrário à iniciação científica, o qual impossibilita uma maior adesão e gera aversão à população.

Em contraponto a essa questão, no governo Lula (2003-2010), devido a um caráter mais social e de inclusão, há uma atenção maior para os setores “marginalizados” no que tange a educação. Para esta inclusão, foi relevante a

criação da Iniciação Científica Júnior em 2003, normatizada pela RN nº 017/2006, em seu Anexo V (CNPq, 2006a):

Que, em parceria com as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (FAPs), passou a conceder bolsas pelo programa IC-Jr aos estudantes do EM e Ensino Fundamental (EF), com o objetivo de propiciar opções de educação científica e tecnológica desde a Educação Básica (OLIVEIRA, BIANCHINETTI, 2018, p.141).

Não é um consenso que foi neste governo que houve uma “salvação” da educação brasileira, porém, houve uma maior disseminação da caráter científico, pois a crença era de que quanto mais cedo se identificassem os jovens talentos, com o auxílio da bolsa de iniciação científica, esses jovens talentos contribuiriam com projetos que alavancariam a economia do Brasil, consequentemente, o jovem se torna um profissional qualificado em menor tempo. Vale lembrar que a sugestão de abertura a novos públicos pode trazer um novo caráter no quesito ciência para o Brasil. Santos (2013, p.52) destaca:

Condições para participar e desenvolver projetos que contribuam para alavancar a economia do país nas diferentes áreas do conhecimento, de modo que tal processo possa auxiliar o aluno a tornar-se um profissional qualificado em menor tempo.

Assim, é no governo Lula que se implementa a Iniciação Científica na educação básica, com a criação de uma bolsa IC-Jr, cujo objetivo era angariar jovens do Ensino Médio e Fundamental, com foco na educação científica e tecnológica desde a Educação Básica (SANTOS, 2013).

Essa expansão é continuada por Dilma Rousseff (2011-16). Tal ampliação do alcance das bolsas está relacionada à necessidade do país de alcançar melhores indicadores de desenvolvimento em Ciência, Tecnologia e Inovação – nada é por acaso. Nessa evolução constata-se um crescente nas bolsas de graduação para Iniciação Científica, além de um avanço, tendo em vista a disparidade de investimentos, em relação ao interesse dos jovens pelas bolsas relacionadas à IC -Jr (SANTOS, 2013).

Ainda segundo Santos (2013), nesse período houve ainda a criação do Programa de Vocação Científica (Provoc), considerado o primeiro programa de IC no ensino médio do Brasil, em 1986, criado pela Fundação Oswaldo Cruz. Outra questão, já abordada, é a desigualdade e seu impacto no acesso à IC, tendo em vista que o ensino superior ainda se encontra em um patamar de

privilégio para muitos jovens, isso levando em consideração a pequena gama desses que se quer conclui o ensino médio.

Logo, há uma necessidade de utilizar desses programas de fomento à iniciação científica para motivar e constituir um interesse no jovem pela pesquisa.

Se começarmos a trabalhar com o jovem bem cedo, quando ele está ingressando no ensino médio, teremos mais condições de estimular, incentivar e dar o apoio necessário para que ele comece a construir sua carreira profissional (FERREIRA, 2010 apud OLIVEIRA. BIACHINETI, 2018, p. 49).

Do mesmo modo “essa iniciativa visa a manter uma parcela da juventude na escola por um número de anos maior, qualificando-a e estimulando-a para esse conhecimento” (BONELLI, 2010, apud OLIVEIRA. BIACHINETI, 2018, p. 107). Logo, ainda que haja esse interesse, os meios para alcançar tal objetivo ainda não são executados de maneira 100% eficiente. Nessa mesma perspectiva, ocorre um “aligeiramento” na formação desses pesquisadores, devido não só ao aumento no número de investigadores como também no seu tempo de atuação. Essa situação pode dificultar a expansão, o alcance e execução dos processos da inserção ao letramento científico oportunizado pela popularização da ciência contribuindo para “uma precarização recorrente desse trabalho, o que demonstra a falta de problematização nesse aspecto, reflexão e denúncias sistemáticas” (BOSI, 2007, p. 1519).

Consequência dessa precarização, é a formação de pesquisadores que não “sabem o que fazer”. Não possuem imaginação suficiente e necessária para fazer surgir novas questões, novas críticas, gerando mais do mesmo e, portanto, alimentando uma regressão teórica. Faz-se necessário refletir sobre a educação como um processo de mudança social e essa só será possível quando cada cidadão refletir sobre sua própria formação e sobre o próprio homem compreendendo que este é inacabado e necessita de diferentes estímulos (FREIRE, 1979).

A forma encontrada para mudar essa situação é a criação de bolsas, cujo objetivo é convidar e, realmente incentivar novos investigadores/pesquisadores, vide PIBIC.

O Pibic, como uma experiência exitosa na graduação, também poderia ter essa repercussão na Educação Básica e, assim,

aprofundaria a relação das universidades com as escolas de Educação Básica (OLIVEIRA, BIANCHINETTI, 2018, p.150).

O interessante é observar que algumas instituições de ensino já se preocupam com a possível extinção do PIBIC na educação básica, haja vista:

a baixa adesão dos orientadores, que dispõem de pouco tempo para orientação; as limitadas formas de divulgação do Programa; a precária infraestrutura física e as limitadas condições de trabalho dos professores, principalmente das escolas estaduais e municipais (OLIVEIRA, BIANCHINETTI, 2018, p.152).

Essas são as contradições características do sistema capitalista, pois mesmo os participantes do programa de iniciação científica reconhecendo os ganhos e benefícios para os estudantes da educação básica, enquanto formação técnica, científica e humana, uma vez inseridos no programa, os fatores citados acima, como o número reduzidos de bolsa, acabam por distanciar os estudantes desse processo de letramento científico tão necessário para a formação para a vida e para motivar sua trajetória rumo aos estudos no ensino superior.

Isso só reforça o já discutido anteriormente, a exclusão social e a manutenção de um sistema que priva parte da sociedade à iniciação científica à medida que não lhe é apresentada a funcionalidade ou tão pouco sua existência, proporcionando a aversão à academia tão discutida na contemporaneidade.

4.1 – A INICIAÇÃO CIENTÍFICA, PRIMEIROS RELATOS

A iniciação científica no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia se constitui como um imperativo, haja vista a função social que estes IFs assumem no seu processo histórico e de reformulação. Devendo promover, ensino, pesquisa e extensão. “Através da Iniciação Científica, o discente irá compreender e articular os conteúdos curriculares a procedimentos investigativos e às práticas de pesquisa, articulando a teoria e prática orientada para a produção do conhecimento” (CATU, 2015, p.146).

Inserir estudantes da educação básica no fazer científico contribui para ampliar as possibilidades de continuidade nos estudos desses jovens, promovendo inclusive o letramento científico e tecnológico. Freire (1979) acrescenta que quando o homem compreende sua realidade, pode levantar

hipóteses sobre o desafio dessa realidade, seja esse qual for, e procurar soluções.

Segundo o site do Instituto Federal Sul de Minas (ifsuldeminas³) a iniciação científica se manifesta com uma das mais ricas experiências que um estudante pode ter. Mesmo que não o conduza a ser um pesquisador, ele terá oportunidade de complementar sua formação acadêmica, aprimorar o conhecimento e se preparar melhor para o mundo do trabalho.

Para o aluno, uma maior busca por informações, aprimoramento da escrita científica, compreensão da metodologia de pesquisa, estímulo à curiosidade, autodidatismo e persistência, são algumas qualidades construídas ao longo de toda a vida acadêmica, mas a Iniciação Científica é o primeiro passo para isso (IFSULDEMINAS, 2016, s.p.).

Essa imersão no contexto dos IFs, para além dessa oportunidade, oportuniza o desenvolvimento do autoconceito de estudantes filhos/filhas da classe trabalhadora os quais servem de exemplo para a comunidade, tornando-se multiplicadores e espelhos para outros indivíduos da sua comunidade, como para seus familiares.

No ifsuldeminas, segundo dados do site, foram ofertadas, entre os anos de 2011 e 2016, mais de 400 bolsas. O que demonstra um avanço, contudo uma quantidade pequena se olharmos para o universo amostral dos estudantes desse Instituto.

O dado apresentado pelo Ifsuldeminas nos leva a refletir que poucos professores assumem esse compromisso: ser orientador desses possíveis cientistas. Importante ressaltar que os orientadores podem ser de qualquer área o que permite a diversidade de temas de pesquisa. Para avaliar qual área abarca um número maior de orientadores e quais os motivos que levam poucos docentes a assumirem esse lugar, cabe a assistente social organizar uma pesquisa dentro do seu *campus*. Essa pesquisa contribuirá tanto para catalisar docentes, quanto para mediar saberes entre estudantes no intuito de promover alguma ampliação no acesso destes estudantes ao letramento científico.

Uma vez nesse caminhar os/as estudantes são orientados/as por um/uma pesquisador/a qualificado/a e experiente. O que permite a este/esta

³ Disponível em: <https://nipe.ifs.ifsuldeminas.edu.br/index.php/ultimas-noticias/145-noticias-pesquisa/236-entenda-o-que-e-iniciacao-cientifica-e-saiba-como-participar-dos-projetos>. Acesso em 26 jun 2020.

discente tratar questões básicas da pesquisa, como a sistematização de ideias e de referenciais teóricos; a elaboração de relatórios; entre outras atividades que fazem parte do dia a dia de um pesquisador.

A pesquisa propicia a aquisição de competências, o domínio de métodos analíticos, de múltiplos códigos de linguagens, possibilitando uma qualificação intelectual de natureza suficientemente ampla para constituir, por sua vez, base sólida para a construção contínua e eficiente de conhecimentos (CATU, 2015, p.146).

Valéria Nascimento na escrita para a revista⁴ do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, 2013, revela que existe um grande desafio de superar seus próprios limites no Instituto Federal Baiano (IF Baiano) – Campus Catu.

A Região Nordeste ainda está muito distante do ranque nacional de produção científica e em Iniciação Científica Jr (IC Jr). Na Bahia, ainda são raros os espaços de divulgação e socialização dos projetos científicos realizados com estudantes do ensino médio. (CARNEIRO *apud* NASCIMENTO, 2013, p.25).

Contudo, o professor Dr. Marcelo Souza Oliveira⁵, sobre o *campus* Catu, afirma que muitos dos estudantes que praticam IC-Jr nos IFs hoje estão em universidades cursando a graduação, mestrado e até mesmo o doutorado. Todos os indicadores revelam que a inserção na IC-Jr agrega conhecimentos para a formação de um cidadão diferenciado o qual desenvolve a autonomia, o gosto pela ciência e amplia seus interesses e inserção em outros níveis acadêmicos. Mas, segundo o professor, essa informação não foi validada por dados quantitativos (indicadores publicados pelos Institutos) o que demonstra a relevância dessa escrita.

⁴ Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/reitoria/wp-content/uploads/2013/12/revista-bem-baiano-n3-versao-web.pdf> . Acesso em 18 jun 2020.

⁵ Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/mestrado-profissional-profept-catu/wp-content/uploads/sites/76/2019/07/profept-sintese-projeto-marcelo.pdf>. Acesso em 20 jun 2020.

5. ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO: DEMANDAS, POSSIBILIDADES E DESAFIOS

De acordo com Almeida (2007) a inserção dos assistentes sociais na Educação não é um fenômeno recente, sua atuação sempre esteve atrelada ao controle social sobre a família proletária, buscando a socialização e educação da classe trabalhadora no decorrer do ciclo expansionista do capital. Nessa perspectiva entende-se que a educação é um espaço sócio ocupacional do serviço social desde os primórdios da profissão, no qual a mesma foi inserida como objeto de controle da classe trabalhadora, porém suas ações eram direcionadas de acordo com os interesses da classe burguesa.

A Política de Educação Brasileira está dividida em diversos níveis de ensino: educação básica, composta pela educação infantil, ensino fundamental e médio; ensino superior e outras modalidades de ensino, que incluem educação especial, educação indígena, ensino profissionalizante e educação de jovens e adultos (SILVA, 2014). Vale salientar que todos esses níveis de ensino e modalidades são de responsabilidade das esferas federal, estadual e municipal que podem e devem atuar de forma colaborativa.

Nessa perspectiva, a atuação do assistente social abarca todas essas modalidades de ensino, com o objetivo de garantir o ingresso, regresso, permanência e sucesso das crianças e adolescentes na escola. O Serviço Social é inserido na escola com o intuito de contribuir com as ações de inclusão social, de formação da cidadania e emancipação dos sujeitos, para que, juntos, possam trabalhar com a educação, com a consciência, com a oportunidade de que as pessoas se tornem sujeitos de sua própria história (SANTOS, 2012).

Evidencia-se nesse cenário a importância da atuação do assistente social no campo da educação no que tange a disseminação da compreensão e reflexão das práticas sociais no cotidiano, e sua respectiva atuação nos problemas sociais (SILVA, 2014).

A escola, enquanto equipamento social, precisa estar conectada com/para (...) as mais diferentes formas de manifestação de exclusão social, incluindo-se desde questões que vão de violência, atitudes discriminatórias, de

etnia, do gênero, de sexo, de classe social, entre outros, reprovações, até a evasão escolar, que muitas vezes é provocada pela necessidade do aluno de trabalhar para contribuir na renda familiar (SANTOS, 2011). As quais muitas vezes se sobrepõem às questões da inserção no espaço escolar e podem se tornar um impeditivo para o avanço nos estudos.

Nessa perspectiva, as demandas do/da assistente social decorrem dos acontecimentos inerentes ao contexto do cotidiano daquela comunidade escolar, em uma perspectiva de dialogar com a comunidade escolar, chamando-os à consciência da sua situação social e os dos seus direitos e deveres.

Para o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), os problemas sociais a serem combatidos pelo profissional do Serviço Social na área da educação são o baixo rendimento escolar, a evasão escolar, o desinteresse pelo aprendizado, os problemas com indisciplina, a insubordinação a qualquer limite ou regra escolar, a vulnerabilidade às drogas, as atitudes e comportamentos agressivos e violentos (CFESS, 2001).

Quanto às possibilidades de atuação do assistente social, o CFESS/CRESS (2001) considera a atuação do assistente social na educação, vinculada à execução dos programas e projetos em suas diferentes modalidades. As respostas profissionais estão direcionadas ao conjunto aluno-escola-família.

No âmbito dessas contribuições pode-se incluir o atendimento direcionado a estudantes que estão em processo formativo de iniciação científica, sejam os que já ingressaram, ou os que desejam ingressar e devido às barreiras procedimentais e atitudinais dos ambientes escolares não conseguem seguir em frente.

5.1. A TRAJETÓRIA DA INSERÇÃO E DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DA ASSISTENTE SOCIAL NOS INSTITUTOS FEDERAIS (IFS)

A ampla expansão dos IFs iniciada em 2005 permite que o número de estudantes aumentasse expressivamente, uma vez que o número de *campi*

também aumenta, propiciando maior inserção inclusive dos filhos e filhas da classe trabalhadora nos cursos técnicos, de graduação e pós-graduação.

No que se refere à quantidade de discentes, metade dos IFs (51%) tem até 1.200; 14%, de 1.201 a 2.400; 4%, de 2.401 a 3.600; 1%, 3.600 a 4.800; 25% possuem mais de 4.800 alunos e são instituições mais antigas em relação às instituições menores, que são as advindas do processo de expansão e que estão iniciando seu processo de implantação e implementação dos cursos nos níveis médio, subsequente e superior e pós-graduação. À medida que se consolidam, expandem seus cursos, suas matrículas e dão continuidade ao seu crescimento (PRADA, 2017, p. 316)

Devido à expansão dos institutos, houve a aprovação das políticas de assistência estudantil. “Tais políticas foram a razão da contratação de assistentes sociais em muitos institutos” (PRADA, 2017, p.317). Em seguida veio a ampliação no número de estudantes nos institutos, inclusive com a aprovação das cotas raciais.

Esse processo de “expansão não foi acompanhado pela estruturação de todas as equipes técnicas, havendo divergências sobre a presença de profissionais” (PRADA, 2017, p. 317).

Em cartilha produzida e disponibilizada para estudantes que ingressam no ano de 2019, o Instituto Federal Baiano (IF baiano) *campus* Itapetinga define que a assistência social tem por objetivo “buscar a viabilização de alguns direitos que vocês têm, como à educação, e contribuir com a permanência e êxito em seu processo formativo”. Para isso, esse profissional participa, junto aos demais colegas, do planejamento, execução e avaliação de Programas, Projetos e Serviços da Política de Assistência estudantil.

Além disso, o acolhimento também foi um termo muito utilizado na cartilha que visa gerar uma empatia nos estudantes que ingressam no *campus*. Já no edital do concurso aberto em 2016⁶, a descrição do cargo do assistente social traz como atribuição: planejar e executar atividades que visam a assegurar o processo de melhoria da qualidade de vida, bem como buscar garantir o atendimento das necessidades básicas das classes populares e dos segmentos sociais mais vulneráveis às crises socioeconômicas.

Ao analisar esses dois critérios: o estabelecido no manual do estudante e a descrição do cargo que aparece no edital do concurso, percebem-se duas

⁶ Disponível em: http://concurso.ifbaiano.edu.br/portal/concurso2016/wp-content/uploads/sites/42/2017/06/edital_retificado_publicado_dou.pdf

linhas de trabalho que podem se encontrar se o profissional tiver um olhar mais amplo, pois a edital sugere que esta/este assistente social atue com segmentos mais vulneráveis, conduzindo a sua atuação à assistência estudantil, e esse profissional pode atuar para além dessa assistência.

Até janeiro de 2015 tínhamos 570 institutos distribuídos em todo o Brasil. Deste total, 351 instituições já possuem pelo menos uma assistente social, sendo que 219 não possuem nenhuma. Logo, apesar da quantidade de IFs sem assistentes sociais, hoje temos que a maioria, 62%, contam com essa servidora. Nas regiões Norte e Sul, a presença dessa profissional é menor, ao mesmo tempo em que há um equilíbrio entre os IFs que têm e não têm assistente social nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Sudeste (PRADA, 2017, p.315).

A assistente social dos IFs é uma profissional em busca de uma identidade? Em sua pesquisa Prada (2017) verifica que alguns Institutos atuam com um único assistente social e em outros institutos, essa profissional sequer faz parte do grupo de servidores. Essa constatação pode contribuir e dificultar uma atuação mais humanizada com os estudantes. Como uma/um única/o assistente social poderá promover um diálogo assertivo com todos os estudantes do seu instituto buscando compreender os caminhos trilhados por eles para inserção na IC-Jr? E quando o instituto não possui tal profissional o cenário se apresenta mais crítico.

5.2 A ASSISTENTE SOCIAL CONTRIBUINDO COM O CAMINHAR DOS/DAS ESTUDANTES QUE BUSCAM A IC-JR NOS IFS

Ao analisar a chamada interna PROPES nº03/2019 do Programa Institucional De Bolsas De Iniciação científica já se percebe que os critérios são altos em relação ao público da comunidade acadêmica dos institutos. Este edital destaca que para cada proposta aprovada, será concedida 01 (uma) bolsa de Iniciação Científica Júnior. O edital também define que a equipe executora do projeto compreende o proponente, o discente bolsista, e, quando houver, colaboradores e discentes voluntários, em número máximo de dois. Os candidatos à bolsa e voluntários devem ser selecionados ou indicados pelo proponente.

O processo para inserção no programa é muito subjetivo, o estudante precisa ter uma aproximação/estritamento com o docente proponente, em se

tratando do número de bolsas é muito pequeno o caminhar pode parecer simples para alguns discentes, contudo:

Diante dessa lógica meritocrática⁷, as possibilidades de expansão da ICJ são reduzidas. Por outro lado, a necessidade de qualificar a Educação Básica, aumentando o número de concluintes do Ensino Médio - EM, é outra razão para essa política de aproximação entre escola e universidade e de fomento à ICJ, pois o número de estudantes que terminam o EM na idade considerada apropriada é menor do que o número de vagas para a Ensino Superior. A perdurar essa situação, a tendência é a falta de estudantes para acessar a graduação, portanto, de demanda qualificada para a Pós-Graduação, com repercussão na formação de professores e pesquisadores (OLIVEIRA, BIANCHINETTI, 2018, p. 153).

É possível inferir que existe uma lacuna na formação do cidadão brasileiro, a qual nos conduz a refletir a formação científica na educação básica, para que estes estudantes, filhos da classe trabalhadora, sigam letrados e encorajados para o ensino superior e rompam o ciclo citado acima.

O edital da IC-Jr traz como pré-requisito que o estudante possua currículo Lattes. Alguns estudantes da pós-graduação não estão familiarizados com a plataforma Lattes, será que os estudantes do ensino médio são conhecedores de tal plataforma? Nessas atribuições a assistente social pode intervir e propor uma aula para que os discentes manuseiem esse ambiente, no intuito de ampliar seu letramento tecnológico e científico.

Muitos estudantes, seja da graduação, pós-graduação ou educação básica, diante dos obstáculos atitudinais e até procedimentais dos espaços formativos sentem-se fragilizados e incapazes de prosseguir na busca pelo acesso à iniciação científica. Os que não desistem, o fazem, pois muitas vezes necessitam da bolsa para se manter no curso, podendo ser um fator mais determinante do que o da aprendizagem científica.

Vale salientar que os IFs têm um histórico de ingressos, estudantes em situação de vulnerabilidade financeira. Muitos estudantes da escola pública, veem nos Institutos Federais um caminho para a emancipação humana.

É nesse momento que o olhar cuidadoso da assistente social entra em cena, sendo capaz de perceber essas fragilidades, visando atuar de forma a contribuir com a retomada do autoconceito desse estudante para que este siga

⁷ Segundo dicionário web meritocracia é o predomínio numa sociedade, organização, grupo, ocupação etc. daqueles que têm mais méritos (os mais trabalhadores, mais dedicados, mais bem dotados intelectualmente etc.).

de forma a aproveitar todas as possibilidades que a iniciação científica possa lhe proporcionar, indo para além do recurso financeiro.

No âmbito dos estudantes dos IFs que possuem a assistente social, essa/e⁸ profissional pode contribuir com seu olhar sensível, articulando saberes para as etapas que não são desenvolvidas a contento por estudantes que tem o interesse em ingressar no programa de IC-Jr e não conseguem a orientação didática assertiva para alcançar êxito. Essa/e assistente social pode ainda identificar os casos em que o/a estudante perdeu o interesse por questões atitudinais ou procedimentais do processo de seleção, fortalecendo o vínculo com este/a discente, contribuindo para que sua jornada escolar seja significativa. Além de envolver estudantes bolsistas, os que não foram aprovados e os que tem interesse em uma rede colaborativa.

A assistente social pode, por meio de uma enquete no instituto que atua, identificar quais/ quantos estudantes tem interesse em ser bolsista ou voluntário do programa, e qual a área do conhecimento eles se identificam mais. Essa triagem pode contribuir para identificar as habilidades e anseios de cada estudante dos IFs e até se pensar numa normativa interna.

O envolvimento com estudantes pode possibilitar o estreitamento dos laços da assistente social com os docentes do Instituto, visando colaborar também na captura daqueles estudantes que demonstrem facilidade para o IC-Jr. A partir dessa relação pode promover um trabalho para ampliar as habilidades necessárias naqueles que possuem o interesse, mas não sabem como fazer para alcançar tal inserção, afinal a quantidade de bolsas e voluntários é muito pequena o que se constitui num crivo. Nessa estruturação pode-se ainda convidar os estudantes que tiveram seus projetos aprovados para palestrar ou oferecer um minicurso, no intuito de construir uma rede educativa colaborativa.

Tendo a assistente social em sua outorga de atuação a busca pela garantia aos direitos sociais demandados por uma parcela significativa da população que margeia a sociedade, deve a partir de uma seleção do programa

⁸ Utiliza-se o pronome indicativo “essa”, pois a profissão assistente social é em sua maioria formada por mulheres. De acordo com a pesquisa “Assistentes Sociais no Brasil”, realizada em 2005 pelo CFESS, a profissão é composta majoritariamente por mulheres (pouco mais de 90%). Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/perguntas-frequentes>. Acesso em 15 jun 2020.

de Iniciação Científica Jr nos IFs, iniciar um trabalho com os estudantes que não tiveram seus projetos aprovados e principalmente com aqueles que obtiveram nota zero em algumas das etapas.

Com tantas possibilidades de atuação a assistente social no contexto escolar contribui para a resolução das problemáticas sociais perpassadas em âmbito educacional, as quais possam desdobrar-se em atendimentos sociais aos alunos, suas famílias ou comunidade geral, na realização de encaminhamentos, informações, orientações, elaboração e implantação de projetos de cunho educativo, dentre outros (SCHNEIDER; HERNANDORENA, 2012).

No que concerne aos desafios para o assistente social, no contexto dos IFs se dá pela pequena quantidade de profissionais atuando nos espaços quando se tem, pois, muitos institutos ainda não possuem tais profissionais. Almeida (2000) aponta que no campo educacional reserva a atuação desse profissional a dois eixos fundamentais: “a posição estratégica que a educação passou a ocupar no contexto de adaptação do Brasil à dinâmica da globalização e o movimento interno da categoria” (ALMEIDA, 2000, p.20). Assim, cabe ao assistente social, considerando o seu compromisso com as classes que margeiam a sociedade, no que tange aos direitos sociais, refletir criticamente como podem intervir para a melhoria da política de educação.

Considerando que a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), reitera em seu artigo 205, que:

a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p.18).

A inserção do assistente social constitui-se relevante na política de educação, corroborando com as demandas sociais e sua resolubilidade por meio da efetivação dos direitos sociais através de articulações interinstitucionais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo investigar em que medida a assistente social pode contribuir na construção de uma ação que promova o fortalecimento do autoconceito do estudante que busca o programa institucional de Iniciação Científica Júnior (IC-Jr) dos Institutos Federais como possibilidade para uma formação científica e humana.

Analizando artigos que discutem a IC-Jr e os editais para a seleção dessa foi possível avaliar as potencialidades e fragilidades dos editais, como também na trajetória deste até os estudantes. Quando se discute o papel da assistente social na educação, percebe-se que estas podem contribuir para diminuir e até sanar as barreiras atitudinais e procedimentais enfrentados pelos estudantes dos IFs. Contudo nem todos os institutos possuem uma assistente social o que dificulta o processo que essa escrita propõe.

Dessa forma, a figura da assistente social, conquista recente na história dos Institutos Federais, pode contribuir de forma significativa no processo formativo nas dimensões técnica, científica e humana dos estudantes dos IFs. Propondo interação entre os/as discentes, que buscam ou pensam buscar a IC-Jr, por meio de formação colaborativa.

Logo essa escrita permite elucidar a importância da assistente social no âmbito da educação profissional, nos institutos federais, uma vez que o campo de atuação dessas profissionais tem foco na busca pela garantia aos direitos sociais demandados por uma parcela significativa da população que margeia a sociedade.

Os Institutos Federais são espaços educativos que tem a sua trajetória marcada pelo atendimento a estudantes, filhos da classe trabalhadora, que é muitos momentos estão em situações de vulnerabilidade tendo suas potencialidades negadas sejam por barreiras atitudinais ou procedimentais pelo sistema capitalista. Unir o cuidado com as aprendizagens desses estudantes com a atuação das assistentes sociais torna-se um imperativo o qual contribuirá tanto para o letramento científico e tecnológico desses estudantes quanto para as suas formações humana e autoconceitos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, NLT. **O Serviço Social na Educação**. IN: Revista Inscrita. CFESS, 2000. 21 p. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao\(2001\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao(2001).pdf). Acesso em 15 mar 2019.

ALMEIDA, NLT. **O Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais**. Belo Horizonte (MG) – Maio / 2007. Disponível em: www.cressmg.org.br/Textos/textos_simposio/2007.05.19_plenaria8-neyteixeria.doc, acessado em 12 mai 2016.

ALMEIDA, NLT. “Apontamentos sobre a Política de Educação no Brasil hoje e a inserção dos/as assistentes sociais”. In: CFESS. **Subsídios para o debate sobre Serviço Social na Educação**. 65. p. Brasília: CFESS, 2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf>. Acesso em 27 jul 2020.

ARAGÃO, Juliana. **Iniciação científica reflete importância da pesquisa para sociedade**.

Publicado: 06/08/2019 16h59. Última modificação: 19/08/2019 17h05.

Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/noticias/iniciacao-cientifica-reflete-importancia-da-pesquisa-para-sociedade>. Acesso em 19 set. 2020.

BOSI, Antônio de Pádua. **A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos**.

Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000400012. Acesso em 22 dez 2020.

BOTELHO, Louise Lira Roedel. et al. **Método da revisão integrativa nos estudos organizacionais**. Gestão e Sociedade · Belo Horizonte · volume 5 · número 11 · p. 121-136. Maio/Agosto 2011. Disponível em: <http://www.gestaoesociedade.org/gestaoesociedade/article/viewFile/1220/906>. Acesso em 05 nov 2015.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL **Constituição 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

CATU, BRASIL. Ministério da Educação. **Curso técnico em agropecuária modalidade integrada ao ensino médio**. 2015. Disponível em:

<https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/catu/files/2019/03/PPC-T%C3%A9cnico-em-Agropecu%C3%A1ria-Integrado-ao-Ensino-M%C3%A9dio.pdf>. Acesso em 30 jul 2020.

CFESS. **Serviço Social na Educação**. Grupo de estudos sobre o Serviço Social na Educação. Brasília: 2001. Disponível em:

[http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao\(2001\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao(2001).pdf). Acesso em 15 abr 2019.

CFESS. **Código de ética do Assistente Social** – Lei 8662/93. 10ª Edição, CFESS, 2012. Disponível em www.cfess.org.br, acessado em 12/05/2016.

CFESS. **Subsídios para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação Grupo de Trabalho Serviço Social na Educação**. CFESS-CRESS 2011. Disponível em www.cfess.org.br, acessado em 12/05/2016.

CRUZ, TO; et al. **Uma análise sobre a atuação do/a assistente social na educação**: notas para o debate. VI jornada Internacional de Políticas Públicas. Cidade Universitária da Universidade Federal do Maranhão. São Luís, Maranhão, Brasil. Agosto de 2013.

DESLANDES, S. F. A Construção do projeto de pesquisa. In: MINAYO, M. C. (Org.) **Pesquisa Social**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. 80p. p.31-50.

MORAES, FAVA-DE-MORAES, Flávio; FAVA, Marcelo. **A iniciação científica: muitas vantagens e poucos riscos**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.14, n.1, p. 73-77, jan./mar. 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392000000100008&script=sci_abstract. Acesso em 02 out.2014

FERREIRA, N. S. A. **As pesquisas denominadas “estado da arte”**. *Educação & Sociedade*, ano XXIII, no 79, Agosto/2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>. Acesso em jan 2020.

FONSECA, JJS. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 12ª Edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1979.

GRASMCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4.ed.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.2, 2006.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, M. C. S.. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007. 406 p.

MINAYO, M. C. S.. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MANUAL DO ESTUDANTE_ IFBAIANO_ITAPETINGA_2019. Disponível em: <http://www.ifbaiano.edu.br/unidades/itapetinga/files/2011/05/MANUAL-DO-ESTUDANTE-IF-BAIANO-CAMPUS-ITAPETINGA-CAE.pdf>. Acesso em 14 nov 2019.

OLIVEIRA, Adriano de; BIANCHINETTI, Lucídio. **Iniciação Científica Júnior: desafios à materialização de um círculo virtuoso**. Ensaio Aval. Pol. públic. Educ. Rio de Janeiro, v.26, n. 98, p. 133-162, jan/mar.2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362018000100133&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 02 fev 2020.

OLIVEIRA, OM de. **O Serviço Social na Política de Educação**: apontamentos e reflexões. VII Jornada Internacional Políticas Públicas. Universidade Federal de Goiás (UFG), 2015.

PRADA, TALITA. GARCIA, Maria Lúcia Teixeira. **Perfil das assistentes sociais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 129, p. 304-325, maio/ago. 2017

REZENDE, I.; CAVALCANTI, LF (Org.). **Serviço Social e Políticas Sociais**. 4ª.ed.Editora UFRJ: Rio de Janeiro, 2013.

SANTOS, AM dos. **As contribuições do Serviço Social para a realidade escolar do Brasil. 2011**. Disponível em: <http://meuartigo.brasilecola.com/educacao/as-contribuicoes-servicosocial-para-realidade-escolar-.htm>. Acesso em 15/04/2016.

SANTOS, AM dos. **A Escola como espaço de atuação para o Assistente Social**: Trabalhando com grupos. Trabalho Final de Graduação – TFG. Centro Universitário Franciscano, UNIFRA, 2005.

SANTOS, AM dos. **Serviço Social na Educação**: Reflexões acerca das contribuições do Assistente Social para o fortalecimento da Gestão Escolar. IN: SANTOS, AM dos. Serviço Social na Educação Perspectivas e Possibilidades. Porto Alegre: CMC, 2012.

SANTOS, CM dos; e colaboradores. **Serviço Social e Educação**. 2ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

SANTOS, NS dos. **Serviço social e educação**: contribuições do assistente social na escola. Vivências. Vol.8, N.15: p.124-134, Outubro /2012.

SANTOS, Sandra. N; TELES, Silvia. B; BEZERRA, Clara Angélica, A. S. **A origem do Serviço Social no mundo e no Brasil**. Ciências humanas e sociais | aracaju | v. 1 | n.17 | p. 151-156 | out. 2013.

SANTOS, Valdeci. **O que é e como fazer “revisão da literatura” na pesquisa teológica**. 2012. Disponível em:http://mackenzie.br/fileadmin/Mantenedora/CPAJ/Fides_Reformata/17/17_1_artigo6.pdf. Acesso em 09 nov 2015.

SANTOS, Wildson Luiz Pereira dos. **Educação científica na perspectiva de letramento como prática social: funções, princípios e desafios**. Revista

Brasileira de Educação v. 12 n. 36 set./dez. 2007. P. 474 -550. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n36/a07v1236.pdf>. Acesso em 20 mar 2021

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação. v. 12, nº34, jan/abr.2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782007000100012. Acesso em 20 jun 2020.

SCHNEIDER, G.; HERNANDORENA, MC. **Serviço Social na Educação: perspectivas e possibilidades**. Porto Alegre: CMC, 2012.

SILVA, MMJ da (Org.). **Serviço Social na Educação: teoria e prática**. Campinas, SP: Papel social, 2014.